

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA**
3 **ONZE DE AGOSTO DE 2016, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA-SEMDESC. HORÁRIO: 13h45min.**
5 **QUÓRUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): **Elizênia Gomes**
6 **Camacho** (representante da sociedade civil – Mão Amiga); **Ezamita Batista da Costa**
7 (representante do governo – SEMED); **Marli Rodrigues Xavier Brito** (representante da sociedade
8 civil – Abrigo Frei Anselmo); **Lucidalva Barreto dos Santos** (representante da sociedade civil –
9 Assistentes Sociais - titular); **Ilma Costa Marques** (representante da sociedade civil – Natal Justino
10 da Costa); **Severina Alda de Aguiar** (representante da sociedade civil – Assistentes Sociais -
11 suplente); **João Damasceno Júnior** (representante do governo – Fazenda); Dener Saldanha Matos
12 (representante do governo – SEMDESC); e **Eudes Barbosa da Costa** (representante do governo –
13 Gabinete). Presentes ainda, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da SEMDESC e Larissa Carolina
14 Barros Menezes, Chefe da Divisão dos Conselhos ligados à Área Social. A vice presidente
15 Lucidalva cumprimentou a todos. Iniciou com o primeiro ponto **“Apreciação do Relatório SIM-**
16 **SUAS de JULHO de 2016”**, na análise dos dados da Proteção Social Básica, Lucidalva pontuou os
17 números do acompanhamento no PAIF e do SCFV, os quais referiam-se apenas ao CRAS Pólo 3,
18 sendo este o único equipamento que operou com equipe mínima no mês de referência. Afirmou a
19 necessidade de reflexão do CMAS quanto à ausência do PAIF nos equipamentos, justificando ainda
20 que não havendo a oferta não poderia-se considerar os equipamentos cumprindo o seu papel de
21 centralidade na família. Severina Alda ressaltou ainda a atuação equivocada dos profissionais no
22 desempenho das suas funções, prejudicando a população usuária. Lucidalva falou ainda do papel do
23 Conselho, enquanto órgão de acompanhamento e fiscalização, mediante a análise dos dados
24 apresentados. Quanto à Proteção Social Especial, Lucidalva questionou a oferta do PAEF no
25 CREAS, uma vez que apenas com dois técnicos seria impossível o desenvolvimento do Programa.
26 Nos dados do CREAS, Lucidalva sugeriu desconsiderar os dados das MSE de LA e PSC e ainda o
27 número de acompanhamentos do PAEF. Sendo acatado pela maioria dos presentes, com exceção
28 dos conselheiros Eudes e Júnia. Após as colocações pertinentes e as alterações propostas os
29 Relatórios da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, e ainda o saldo do Piso Mineiro
30 em 31 de Dezembro de 2015 no valor de R\$ 231.889,61 (duzentos e trinta e um reais e oitocentos e
31 oitenta e nove reais e sessenta e um centavos), e de R\$ 198.157,74 (cento e noventa e oito reais e
32 cinquenta e sete reais e setenta e quatro reais) no último dia útil do mês de julho, os mesmos foram
33 aprovados da seguinte forma: Lucidalva (aprovou com alteração), Ezamita (aprovou com alteração),
34 Dener (aprovou com alteração), Ilma (aprovou com alteração), Marli (aprovou com alteração),
35 Elizênia (aprovou com alteração), Eudes (aprovou a proposta original), e Júnia (aprovou a proposta
36 original). Em seguida passou-se para o ponto de pauta **“Revisão do Regimento Interno do CMAS”**,

37 Lucidalva propôs estudo em Comissão para proposição de alterações no
38 Regimento Interno, sendo acatado pelos presentes, ficando agendada reunião no dia 18 de agosto às
39 14 horas. Passando ao terceiro ponto de pauta “**Benefício de Aluguel Social e Situação do Projeto**
40 **Habitacional de Interesse Social (Bairro Santa Clara)**” Lucidalva lembrou que em situação
41 anterior em que o CMAS apropriou-se do acompanhamento e fiscalização da Política Habitacional
42 de Interesse Social na ausência do Conselho de Habitação, foi acordado o envio de um relatório
43 situacional, o qual deveria ter sido entregue no mês de março deste ano. Falou ainda da necessidade
44 de reativação dos conselhos, os quais deveriam estar em funcionamento, dada a importância do
45 controle social para o desenvolvimento das políticas, considerando ainda que o CMAS não detém
46 capacidade técnica-operacional para acompanhar todas as demandas. Sendo acordado o envio de
47 ofício ao órgão gestor solicitando a reativação dos conselhos, informações acerca do aluguel social,
48 e ainda o relatório situacional da política habitacional. Passando ao ponto “**Recursos do Piso de**
49 **Alta Complexidade-PAC**” foi informada a necessidade de retificar a decisão anterior do CMAS em
50 dividir em partes iguais o recurso, uma vez que são destinados R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para
51 crianças e adolescentes e R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) para outros públicos. Dessa
52 forma, ficariam R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para Associação Mão Amiga, e R\$ 5.000,00 (cinco
53 mil reais) para as Casas Lares e R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) para o Abrigo Frei
54 Anselmo. Sendo acatado por todos. “**Plano de Serviço 2016 (Piso Mineiro)**” foi informada a
55 necessidade de reavaliação dos serviços e metas relacionadas no referido Plano, vez que foi
56 orientado pela equipe técnica do FEAS a pactuação de serviços integralmente custeados com o
57 recurso do Piso Mineiro. Sendo decidida a discussão em Comissão juntamente com a gestão na
58 reunião já agendada para o dia 18 de agosto. Em “**Informes Gerais**” a conselheira Marli solicitou
59 parceria do CMAS e da gestão para realização da Semana do Idoso. Lucidalva colocou o Conselho
60 pronto para apoiar a iniciativa, mas que com relação a apoios logísticos deveria-se verificar junto à
61 gestora. Em seguida Lucidalva procedeu a leitura de ofício do CEAS solicitando informações
62 acerca dos profissionais empossados, se estes estariam alocados na política de Assistência Social e
63 ainda se a carga horária estaria coerente com a lei federal que reduz a carga horária do assistente
64 social para 30 horas semanais. Sendo decidido o envio de correspondência ao CEAS, informando a
65 situação atual. Logo após Lucidalva fez a leitura de ofício enviado pelo FNAS, comunicando o
66 esgotamento das possibilidades de apresentação de justificativas com relação às impropriedades
67 levantadas nas Prestações de Contas de 2006 e 2007. Lucidalva solicitou o contato com o FNAS
68 para maiores informações. Lucidalva propôs ainda envio de ofício ao órgão gestor solicitando o fiel
69 cumprimento das deliberações contidas nas resoluções, e que se havendo a necessidade de mudança
70 no acordado, que o Conselho seja consultado, para rediscussão e outras deliberações, sendo acatado
71 por todos. Em seguida solicitou das Comissões de Instrumentos Legais e de Acompanhamento que
72 se organizassem para a realização das visitas institucionais, previstas no Plano de Ação do CMAS.

73 Ainda com relação ao Plano de Ação, Lucidalva relembrou a necessidade de reunião entre o
74 Conselho e a Gestão para realização da Audiência Pública. Sendo decidida a data de 13 de setembro
75 para a audiência e a Comissão composta pelos conselheiros Júnia, Eudes, Lucidalva e Ilma.
76 Seguindo os informes gerais, Lucidalva falou da necessidade de reaproximação do CMAS com a
77 demanda das PCHs, ficando decidida a realização de uma reunião com representantes de todas as
78 empresas, a qual deveria ser marcada pela Secretaria Executiva. Em seguida Lucidalva informou
79 que de posse do termo aditivo do convênio celebrado com a empresa responsável pela manutenção
80 da unidade de Cozinha Comunitária, esteve no equipamento juntamente com a conselheira Severina
81 Alda onde constataram irregularidades. No termo aditivo não consta o atendimento do Cartão
82 Alimentação e se teria sido por solicitação da SEMDESC que o mesmo foi firmado. A responsável
83 pela empresa informou que haveria um acordo de fornecimento de 40 marmitas para o público
84 encaminhado pelo CRAS, no entanto não teria entregado nenhuma unidade. Foi identificada a
85 ausência de profissional de nutrição, descaracterizando o papel de fornecimento de alimentação de
86 valor nutricional e balanceado. Lucidalva falou da responsabilidade do CMAS para com a utilização
87 de um equipamento público com finalidade meramente lucrativa para a empresa licitada. Dessa
88 forma, foi proposto o encerramento das atividades da Cozinha e Padaria Comunitária do Bairro
89 Santa Luzia, uma vez que não atenderia mais o objetivo do programa, e ainda a destinação do
90 espaço para readequação e posterior funcionamento do CRAS Pólo 1. Sendo a proposta aprovada da
91 seguinte forma: Lucidalva (aprovou), Ezamita (aprovou), Dener (aprovou), Ilma (aprovou), Elizênia
92 (aprovou), Eudes (aprovou), e Júnia (aprovou). Lucidalva propôs a reavaliação das áreas de
93 abrangência dos CRASs, solicitando da gestão que procedesse a deliberação do CMAS em reunião
94 posterior. Lucidalva solicitou que a Secretaria Executiva apresentasse na próxima reunião o saldo
95 financeiro do IGD-SUAS para aplicação dos 3% (três por cento) destinados à manutenção do
96 CMAS. Na oportunidade Ilma, conselheira e técnica da Casa do Caminho, informou a possibilidade
97 de fechamento do serviço pela ausência de repasse de subvenção municipal, o qual não estaria
98 sendo repassado desde o mês de abril. Os conselheiros presentes discutiram a imprescindibilidade
99 do serviço e decidiram por encaminharem-se até a Secretaria de Fazenda ao final da reunião
100 solicitando esclarecimentos. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a reunião, e eu,
101 Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os presentes.

102 **ENCERRAMENTO: 16h55min.**

103